

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Gussem, Discursa na Solenidade de Comemoração do Dia Nacional do Ministério Público



Junto com o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, cumprimento os homenageados e todos os convidados presentes.

Reunir, em uma mesma cerimônia, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso; o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Desembargador Milton Fernandes de Souza; o Comandante Geral do Estado Maior do Exército Brasileiro, General Fernando Azevedo e Silva; a ex-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargadora Jaqueline Lima Montenegro; a Presidente interina do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Conselheira Marianna Montebelo Willeman; o Defensor-Público Geral do Estado, Dr. André Luiz Machado de Castro; o Procurador-Geral do Município do Rio de Janeiro, Dr. Antônio Carlos de Sá; o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Domingos Meirelles; e os ilustres colegas de *Parquet*, o Procurador de Justiça Ricardo Ribeiro Martins, que, por vezes, exerceu, neste ano, a função de substituto legal do Procurador-Geral de Justiça e a Promotora de Justiça, recém-aposentada, Anaíza Helena Malhades Miranda Montel, é algo que nos dá a certeza de que as láureas a serem entregues no dia de hoje estão e sempre estarão nas mãos certas.

Somam-se às renomadas personalidades listadas acima, os não menos ilustres e também merecedores incondicionais da comenda, o Procurador de Justiça Marfan Martins Vieira, tantas vezes Procurador-Geral de Justiça e Presidente de nossa Associação de classe, agraciado no ano de 2009, e o Promotor de Justiça Marcelo Ferra de Carvalho, que também já foi Procurador-Geral de Justiça do combativo Ministério

Público mato-grossense, Presidente da Associação de classe e membro do Conselho Nacional do Ministério Público, condecorado em 2013. Completam o nosso seleto rol, os servidores João Máximo Guimarães Rodrigues (*in memoriam*); Thais Silva Gonçalves; Ana Paula dos Santos; Marcelo Vieira de Azevedo e Denise Ramalho Nascimento, todos com irrepreensível trajetória institucional.

Cada um dos hoje homenageados, ao seu modo e representando a sua Instituição, participou da difícil tarefa de construção e transposição do ano que se finda. Incertezas, tensões e desafios marcaram a trajetória recente. O ano de 2017 não deixará saudades, mas seguramente nos deixou lições. E o mais importante: todos os homenageados, ciosos de suas responsabilidades, trilharam esse percurso de modo firme. A despeito das adversidades, conservaram o equilíbrio, o diálogo e a resiliência necessários para atuar com coragem e retidão, sem vaidades ou ufanismos. As personalidades que hoje celebramos dão a prova de que o Rio de Janeiro, embora imerso em profunda crise, ainda conta com homens e mulheres capazes de resgatar a dignidade e o orgulho da população fluminense.

2017 entrará para a história como o ano em que o Rio de Janeiro começou a se levar a sério. De modo inédito, foram lançadas luzes sobre nossas estruturas de Poder. Erguido o véu da impunidade, desnudou-se em face da opinião pública uma engrenagem política corrupta, permeada por métodos e práticas nada ortodoxos. O diagnóstico foi dado: a origem da bancarrota do Estado, longe de ser produto exclusivo do acaso ou das conjunturas econômicas, repousa na corrupção. Autoridades, em sua maioria detentoras do chamado foro por prerrogativa de função, enriqueceram à custa da miséria humana. Forças policiais sucateadas, saúde deficitária, funcionalismo público privado de verbas salariais, algumas das tristes notícias do cotidiano fluminense.

Inegavelmente, o descortinar da corrupção no Estado do Rio de Janeiro veio na esteira da operação Lava-Jato. Iniciada em março de 2014, a Lava-Jato figura entre as maiores operações de combate à corrupção de que se tem notícia. Seus protagonistas souberam, com ineditismo e coragem, extrair os melhores frutos de avanços legislativos consideráveis, notadamente a colaboração premiada, difundida entre nós no contexto da Lei 12.850/13, que regula as organizações criminosas. Não fosse o fecundo encontro entre a força de vontade e um arcabouço jurídico mais efetivo à persecução penal, certamente estaríamos, até hoje, passivos, sendo exauridos por oportunistas e usurpadores do dinheiro público.

A criminalidade é um fenômeno social que se alastra mundo afora. No Brasil, ela assume contornos ainda maiores em razão da sabida ineficiência estatal na implementação de políticas públicas indispensáveis à dignidade humana. Para agravar a situação, políticos encontraram, na associação com o alto escalão do crime organizado, uma garantia para a perpetuação no poder e um trampolim para o ganho fácil. Nas comunidades carentes, o crime organizado se sobrepôs ao Estado de Direito: verdadeira simbiose entre políticos e traficantes. Por sua vez, gestores públicos marcados pela improbidade encontraram na promiscuidade com o capital privado uma modalidade de arranjo que atende a poucos, em prejuízo de toda a coletividade.

O cenário fluminense, maculado pelos fatores anteriormente listados, lidera um vergonhoso ranking. Nosso Estado ostenta hoje o posto de pior ambiente de negócios do Brasil e, no tocante à transparência, ocupa a penúltima posição na federação, de acordo com estudos da Transparência Brasil. Somos o Estado que possui o rol mais extenso de políticos e autoridades que gozam do chamado foro por prerrogativa de função, circunstância que cria dificuldades significativas à responsabilização pela prática de ilícitos.

Precisamos dar um basta em tanta ineficiência.

Na sociedade atual, dinâmica e complexa, não é possível que a resposta estatal tenha a pretensão de ser a mesma de cinquenta anos atrás. Precisamos de mudanças legislativas, sim, por óbvio. Mas também são urgentes mudanças de postura institucional. Há uma frase, que gosto sempre de citar, que retrata a essência do processo evolutivo de qualquer civilização: “o que nos trouxe até aqui, não nos levará adiante”.

A Lava-jato é um passo importantíssimo. Mas precisamos de outros passos. O combate à corrupção é uma marcha constante, que não admite retrocessos e pressupõe integração. O modelo de atuação reativo que transfere ao Poder Judiciário a solução de todos os conflitos existentes tem falhado. Não há mais espaço para atuarmos no varejo, de forma isolada e burocratizada.

Os cidadãos e as instituições do século XXI têm que entender que, se continuarem agindo com mentalidade do século XX, serão tsunamizados. O mundo moderno anseia por dados abertos, por transparência ativa e por *compliance* efetivo. O poder, na Era do Conhecimento, não está mais focado em uma única pessoa, ele está descentralizado, democratizado. Todos podem e precisam ser fiscais de todos. Os danos não devem ser apenas reparados, é necessário irmos além: eles precisam ser evitados. Não podemos transigir com o que não nos pertence.

Nos dias atuais, vigora entre nós uma cultura colaborativa, bem diferente da postura competitiva de outrora. Ao lado do diálogo e da integração, a inovação e a tecnologia são as palavras de ordem do mundo contemporâneo. Na sociedade do conhecimento, com dados abertos e informação plural, os processos decisórios devem ser qualificados e as iniciativas estratégicas. Reunir dados para conhecer. Planejar para executar.

A boa notícia é que já demos início a essa qualificação da nossa atuação. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro vem se modernizando, vem se reinventando. Em jogo, a nossa própria sobrevivência enquanto Instituição socialmente útil.

Desde 2015 desenvolvemos uma plataforma digital chamada “MP em Mapas”, que cria um novo ambiente de trabalho. Vamos integrar membros, servidores, cidadãos, imprensa e empresariado em um mesmo espaço. Informação é poder, e informação compartilhada e transparente produz cidadania ativa.

Também temos avançado a passos largos na articulação institucional e no diálogo com a sociedade civil.

Nosso recém-criado Laboratório Orçamentário, em conjunto com os Tribunais de Contas do Estado e do Município do Rio de Janeiro, tem realizado um trabalho digno de registro: nas respectivas esferas de atribuição, temos acompanhado, em conjunto, a execução orçamentária do Estado e de cada um dos nossos municípios, atuando antes da efetivação do dano, na correção de rumos.

Capitaneados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, estamos integrando um grupo de coalizão para evitar abusos do poder político e econômico nas eleições que se avizinham.

Mantemos interlocução permanente, quase que diária, com o Tribunal de Justiça do Estado. Temos uma agenda comum diversificada, que vai desde o aprimoramento das ferramentas de monitoramento do sistema prisional e socioeducativo, passa pelas discussões em torno da maior celeridade da prestação jurisdicional e do acesso efetivo à justiça, e alcança assuntos eminentemente administrativos, a exemplo da decisão da realização de compras públicas conjuntas, para obtenção de condições mais econômicas em procedimentos licitatórios, convênio recentemente firmado com a Presidência da Corte.

Considerando que nossas funções exorbitam em muito a esfera penal, a Instituição tem identificado pautas que convergem com a Defensoria Pública do Estado. Boas iniciativas podem ser listadas nas áreas de saúde, educação, assistência social e tutela das populações carcerárias. Nas recentes manifestações populares ocorridas na cidade, o *Parquet*, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil realizaram um trabalho preventivo conjunto, com o propósito de assegurar o livre e regular exercício do direito de manifestação.

As forças armadas, em particular o Exército Brasileiro, também têm se somado ao *Parquet* fluminense em diversos ajustes de cooperação técnica relacionados à área de inteligência.

Vejo com bons olhos a corajosa iniciativa do Ministério Público Federal de se voltar à questão do controle dos portos e fronteiras. O combate ao tráfico de drogas e a toda sorte de crimes que orbitam este comércio ilícito depende, fundamentalmente, da sinergia de forças entre Instituições de todos os níveis federativos.

Não poderia deixar de registrar os avanços já realizados na interlocução com a sociedade civil. Para tanto, intensificamos a agenda de audiências públicas e reuniões temáticas abertas à comunidade (nestas oportunidades já discutimos assuntos como segurança pública, crise fiscal, intolerância religiosa e preconceito racial). Aprimoramos nossa política de comunicação social: a imprensa é fundamental à construção de um Ministério Público transparente. A população precisa conhecer as iniciativas do Ministério: realizar críticas e, sobretudo, usufruir das conquistas realizadas em prol do coletivo.

No âmbito interno, é importante sublinhar a produtiva integração que vem sendo cultivada com as entidades representativas dos servidores do Ministério Público fluminense. A harmonia e o respeito verificados neste ambiente de diálogo têm permitido investimentos na valorização e qualificação de nossos quadros de apoio, essenciais ao êxito Institucional.

Enfim, é com muito trabalho e determinação que pretendemos caminhar na busca de novos horizontes. Nas palavras de Martin Luther King, suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.

Parabéns aos homenageados pelos passos dados até aqui. Parabéns, sobretudo, pela coragem e destemor. Saibam todos que juntos enfrentaremos essa difícil realidade, sempre com ética, retidão e com o coração elevado, em busca de um Estado que respeite seus cidadãos dando a eles, acima de tudo, dignidade.

Muito obrigado!